

Uma abordagem histórica da atribuída ação humanitária ocorrida no consulado do Brasil em Hamburgo

Clarissa Juliani Vicente¹; Gabrielle Noronha de Mello² & Fábio Koifman³

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Relações Internacionais, ICHS/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Relações Internacionais, ICHS/UFRRJ; 3. Professor do DHRI/ICHS/UFRRJ.

Palavras-chave: holocausto, vistos, Justos, Hamburgo

Introdução

O projeto consiste em verificar a veracidade das ações humanitárias atribuídas a Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa (1908-2011) – secretária do consulado do Brasil em Hamburgo entre 1936 e 1942. À ela, foi dado o título de “Justos entre as Nações”, um título concedido pelo Museu do Holocausto de Jerusalém a pessoas que se puseram em risco para salvar ou ajudar judeus perseguidos pelo nazismo. Conhecido como Yad Vashem, o Museu do Holocausto em Jerusalém foi criado 1953 tendo em vista a perpetuação da memória dos seis milhões de judeus vítimas do Holocausto ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial.¹

O programa “Justos entre as Nações” possui uma Comissão pública responsável por avaliar os casos e, se assim for comprovado, conceder títulos, a medalha e o certificado de honra.² É relativamente normal que grande parte do material com que a comissão trabalhe sejam declarações daqueles que foram ajudados, uma vez que se torna difícil apresentar documentos oficiais comprobatórios de ações que iam contra o regime da época. No entanto, a averiguação da ajuda realizada por funcionários públicos, como é o caso de Aracy Rosa, pode sim contar com arquivos do governo.

Desta forma, é possível contestar e, portanto, afirmar ou não se Aracy Rosa ajudou efetivamente na emissão direta dos vistos como descrito pelas testemunhas. A versão mais comum defende que, por não poder conceder visto nenhum sendo secretária; função que cabia ao cônsul geral e ao cônsul adjunto em caso de ausência do cônsul geral, Aracy os concedia ao deixar os passaportes em meio a outros documentos que também necessitavam da assinatura do cônsul Souza Ribeiro. Tal versão se torna difícil de ser creditada se se considera o processo rígido de emissão e as penas aplicadas ao cônsul que não seguisse impecavelmente as determinações das circulares ministeriais específicas e da legislação brasileira.

Metodologia

Como o caso de Aracy Rosa permite a consulta junto de arquivos e documentos oficiais do governo, a técnica de coleta de dados para o projeto foi voltada para a pesquisa documental. A primeira etapa do projeto consistiu em um levantamento dos arquivos que se acreditava necessários para dialogar com a hipótese da pesquisa. Esses arquivos estavam presentes nas instituições públicas do Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Itamaraty, ambas localizadas no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Passada esta etapa, foram realizadas visitas semanais aos acervos para a consulta das fontes primárias: correspondências, fichas consulares, documentos oficiais. Esta fase consistiu na coleta dos dados presentes nos arquivos referentes à Comissão de Permanência de Estrangeiros através de reprodução manual, digital e/ou fotográfica do material relativo ao objeto de pesquisa. O que se procurava nos processos de regularização de permanência de estrangeiros no Brasil eram informações relativas ao nome de quem iniciou o processo e parentes, data de nascimento, local de nascimento e o consulado responsável por conceder o visto. Atentava-se também para peculiaridades que cada ficha poderia apresentar, como cartas de recomendação.

¹Disponível em: <http://www.yadvashem.org/yv/en/righteous/program.asp>. Acesso em 3 jul. 2015

² <http://www.yadvashem.org/yv/en/righteous/program.asp>. Acesso em 3 jul. 2015

Por fim, foi produzida uma lista contendo a relação de nomes e seus respectivos consulados para separar quais vistos foram efetivamente cedidos pelo consulado do Brasil em Hamburgo no período em que Aracy Rosa exercia a função de secretária – foco desta pesquisa.

Resultados e Discussão

No total, foram recolhidos por esta bolsista um total de 871 nomes através de cópia manuscrita contidos nos 654 processos da Comissão de Permanência de Estrangeiros (CPE) e dos formulários de expulsão dos quais obtive acesso. As informações retidas dos formulários da CPE foram devidamente organizadas em formato digital para facilitar consulta e dimensionar o acervo criado de tais fontes primárias.

Conclusão

A partir desses resultados, a coleta de informações dos documentos oficiais permitiu a contagem do número de pessoas que tiveram o processo de concessão de visto realizado no Consulado do Brasil em Hamburgo. Também permitiu a comparação entre os procedimentos do consulado em Hamburgo e outros consulados alemães no que tange à emissão de vistos a alemães judeus e estrangeiros definidos pelo governo alemão como judeus para checar se há algo peculiar na emissão dos vistos do consulado em que Aracy Rosa trabalhava.

Referências Bibliográficas

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.